

Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa

Reflexivity as the ethos of qualitative research

Maria Cecília de Souza Minayo¹

Iara Coelho Zito Guerriero²

Abstract *This paper seeks to promote reflection on ethics in anthropological and qualitative research and emphasize the comprehensive, relational and reflective character of this process, as well as the advantages and problems that arise from different logic and often conflicting interests between researchers and their interlocutors. The text is divided into four parts and addresses the ethical: (a) significance of these approaches; (b) behavior of the researcher in the field; (c) analysis of the empirical material; and (d) considerations in the preparation of results of anthropological and qualitative studies, using some classic examples from the international literature. The paper concludes by reflecting on the distinction between the requirements of the Ethics Committee and the Ethics of research itself. It must be clear that the comprehensive sense of ethics which includes the responsibility of the researcher cannot be condensed in the instruments required for the judgment of projects because the following elements are involved in the development of research, namely the social significance of the work, the institutional relations with fund providers, how to treat staff and research students in academic work and commitments with the scientific community.*

Key words *Qualitative research, Anthropological research, Reflexivity, Ethics, Ethics in research involving human beings*

Resumo *Este ensaio, cuja finalidade é subsidiar a reflexão sobre a ética em pesquisa antropológica e qualitativa, busca ressaltar o caráter compreensivo, relacional e reflexivo desse processo, assim como as vantagens e os problemas que advêm das lógicas diferentes e, muitas vezes, dos interesses conflitantes entre o pesquisador e seus interlocutores. O texto se divide em quatro partes e contempla: (a) o sentido ético dessas formas de abordagem; (b) o comportamento ético do pesquisador no campo; (c) a ética na análise do material empírico; (d) cuidados éticos na elaboração dos resultados de estudos antropológicos e qualitativos, valendo-se de alguns exemplos clássicos da literatura internacional. O texto conclui refletindo sobre a distinção entre as exigências dos Comitês de Ética e a Ética da pesquisa propriamente dita: é preciso ter claro que o sentido abrangente da ética que inclui a responsabilidade do pesquisador não pode ser condensado nos instrumentos exigidos para julgamento dos projetos porque estão em jogo, além do desenvolvimento da pesquisa, o sentido social do trabalho, as relações institucionais com os financiadores, a forma de tratar a equipe de pesquisa, os estudantes nela incluídos e os compromissos com a comunidade científica.*

Palavras-chave *Pesquisa qualitativa, Pesquisa antropológica, Reflexividade, Ética, Ética em pesquisa com seres humanos*

¹ Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Av. Brasil 4036/700, Manguinhos. 21.040-361 Rio de Janeiro RJ Brasil. cecilia@claves.fiocruz.br

² Instituto de Medicina Tropical de São Paulo, USP.

Se não colocar em números, não é ciência.

Introdução

Este texto trata da reflexividade nas pesquisas antropológicas e abordagens qualitativas e privilegia o tipo de investigação que inclui a presença do pesquisador na cena e sua relação de intersubjetividade com os grupos sociais, do ponto de vista ético. A atenção constante sobre como e o que ocorre no contexto empírico afeta o pesquisador e sua obra o que, por sua vez, afeta o campo e a vida social e recebe o nome de “reflexividade”. Nesses casos não é possível isolar o conhecimento produzido da pessoa que o produziu, portanto a prática da reflexividade é permanente¹. No texto se distinguem também as exigências de um Comitê de Ética (CEP) e a Ética da pesquisa propriamente dita.

Discutimos aqui o fato de que abordagens antropológicas e qualitativas, por mais bem fundamentadas que sejam e mesmo atendendo a todas as demandas de um Comitê, não corresponderem a todos os desafios éticos que um investigador encontra no trabalho empírico. A ética não é “algo” que se injeta num projeto já escrito e nem se reduz a procedimentos¹. Ao contrário, deve fazer parte da sua elaboração e estar contida na tessitura do texto – desde a definição do objeto até a publicação dos resultados. Embora um comitê só possa agir a partir das informações que tem, o compromisso do pesquisador vai além da conformação técnica de seu trabalho: precisa contemplar o sentido social do estudo, as relações institucionais com os financiadores, a forma de tratar sua equipe – os estudantes nela incluídos – por exemplo, dando crédito a todos os que participam do trabalho. Não menos importante, não deve surrupiar a produção alheia e precisa utilizar corretamente os recursos que recebe².

Consideramos que a ciência compreensiva e reflexiva constitui um campo científico como todos os outros, pois “a cientificidade não pode ser reduzida a só uma forma de conhecer”³. Essa reflexão é importante porque existe uma tendência dos Comitês de Ética de tratarem como universais os procedimentos necessários aos estudos biomédicos, numa busca de hegemonia ou de homogeneização de procedimentos que tem raízes muito mais profundas que se extravasam de forma naturalizada nos CEP.

É preciso ter em mente que o campo científico, apesar de sua normatividade, é permeado por

conflitos e contradições, ainda que a pluralidade de formas de fazer ciência e conceber a realidade venha desde a Antiguidade e, no início do século XX, tenha sido debatida de forma primorosa por Weber⁴ em uma de suas obras primas: “Os fundamentos da sociologia compreensiva”.

Para nomear resumidamente apenas uma das controvérsias que aqui nos interessam, citamos o grande embate entre o pensamento das ciências naturais e a visão das ciências sociais compreensivas. Os cientistas naturais costumam se interrogar sobre a plausibilidade de se poder tratar – de forma científica – uma realidade na qual todos nós somos agentes: essa ordem de conhecimento não escaparia radicalmente a toda possibilidade de objetivação? perguntam-se eles. Já os cientistas sociais que fazem trabalhos empíricos se indagam se, imitar as normas e regras de objetivação adequadas às ciências naturais não descaracterizaria o que há de essencial nos fenômenos e processos sociais e humanos marcados pela intersubjetividade e pela solidariedade universal.

Entendemos que, para os dois grandes campos científicos, a cientificidade, assim como a ética, tem que ser pensada como uma ideia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos. A história da ciência revela não um “a priori” nas formas de agir, mas o que foi produzido em determinado momento histórico, com toda a relatividade do processo de conhecimento.

Poderíamos dizer, em resumo, que o labor científico caminha sempre em duas direções: numa, elabora teorias, métodos, princípios e estabelece resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e encaminha-se para outras direções. Ao fazer tal percurso, os investigadores aceitam os critérios de historicidade, da colaboração e, sobretudo, revestem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado e construído³.

Defendemos, pois, não apenas a importância de respeitar as diferentes tradições de pesquisa, mas também os atores envolvidos no processo de produção de conhecimento. Consideramos que numa situação na qual apenas o modelo biomédico é considerado correto, falta respeito aos pesquisadores das ciências sociais que trabalham com abordagens empíricas.

Igualmente, assinalamos, por óbvio, que as pesquisas em ciências sociais e humanas não são unívocas: adotam diferentes métodos e técnicas baseados numa grande diversidade das construções teóricas. Porém, *teoria e método são inseparáveis, devendo ser tratados de maneira integrada*

e apropriada quando se escolhe um tema, um objeto ou um problema de investigação³. Assim, optamos por discutir aspectos teóricos, éticos e metodológicos conjuntamente.

Este texto contempla: o sentido ético das abordagens antropológicas e qualitativas; o comportamento ético do pesquisador no campo; a ética na análise do material empírico; os cuidados éticos necessários na elaboração dos resultados das pesquisas empíricas e alguns exemplos de dilemas vividos pelos antropólogos e pesquisadores qualitativos.

O sentido ético das bases das pesquisas antropológicas e qualitativas

O sentido ético das pesquisas antropológicas e qualitativas é dado pelo seu caráter humanístico, inter-relacional e empático. No campo da saúde, elas oferecem subsídios para a compreensão do ponto de vista dos usuários, profissionais e gestores sobre os mais diferentes aspectos: a lógica do sistema, a qualidade dos serviços, as concepções envolvidas nas tomadas de decisões e na prestação de serviços e nas representações sobre saúde, adoecimento, morte, entre outros temas.

O número de pesquisas antropológicas e de estudos qualitativos na área de saúde vem crescendo significativamente no Brasil e no mundo^{3,5,6}. Apesar disso, ainda é grande o desconhecimento sobre seus pressupostos e bases teóricas, em especial na área da saúde, profundamente marcada pelo paradigma positivista. Minayo⁷ e Nunes⁵ discutem diferentes referenciais teóricos relacionados a esse tipo de abordagem. Nunes aponta o estudo de Henry Mathew, conduzido entre 1851 e 1862, como um dos mais antigos. Denzin e Lincoln⁸ consideram que na América do Norte, tanto os estudos antropológicos como a pesquisa qualitativa operam num campo histórico complexo que toma corpo ao longo do século XX, embora tenham raízes muito mais antigas.

Segundo os citados autores, as abordagens antropológicas e as pesquisas qualitativas estão fortemente conectadas com os desejos, as necessidades, os objetivos e as promessas de uma sociedade democrática, pois os pesquisadores que atuam nesses campos devem assumir compromissos de cidadania com as pessoas e os temas com os quais trabalham. No campo da saúde coletiva, em especial, os investigadores que trabalham com estudos compreensivos desenvolvem forte vinculação com os diversos atores que estudam⁹.

A pesquisa social empírica e compreensiva é realizada por pesquisadores de diferentes cam-

pos (história, sociologia, antropologia, saúde pública, psicologia, até administração). Geralmente, as estratégias utilizadas para coleta ou geração de material são várias: observação, entrevista, grupos focais, uso de material secundário, entre outros. Os estudiosos costumam valer-se de diferentes instrumentos de registro: anotações, gravações, fotografias, por exemplo. Existe ainda uma diversidade de maneiras de tratar o material como é o caso das análises de conteúdo, de enunciação, de discurso, fenomenológicas, hermenêutico-dialéticas, sendo que cada uma das modalidades se filia a teorias específicas. A variedade de técnicas e de referenciais evidencia que cada tipo de estudo, teoria ou método deve adequar-se à compreensão do objeto – que é sempre sujeito.

Apesar da pluralidade, todas as abordagens antropológicas e qualitativas confluem para um único objetivo: compreender o sentido ou a lógica interna que os sujeitos atribuem a suas ações, representações, sentimentos, opiniões e crenças. No campo da Saúde Coletiva, que é essencialmente interdisciplinar, a pesquisa que ouve os diferentes atores é fundamental, pois incorpora a questão do significado e da intencionalidade como inerente aos atos, as relações, e as estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas³. A construção de significados, por sua vez, é central para entendermos as questões relativas à saúde e à doença⁶, uma vez que as crenças têm efeitos sobre o corpo, como nos lembra Thomas¹⁰ quando alguém acredita que algo é real, ele se torna real nas suas consequências.

As pesquisas compreensivas empíricas têm como termos estruturantes os substantivos *experiência*, *vivências*, *senso comum* e *ação social*, termos que constituem seu chão e sua base; e os verbos *compreender* e *interpretar* que orientam a ação de qualquer trabalho de campo e de toda análise, independente do tipo de abordagem³. Compondo a ação de compreender e interpretar, esse tipo de estudos requer a contextualização dos sujeitos e dos fenômenos no tempo e no espaço, e uma postura interativa e em intersubjetividade por parte do pesquisador¹¹.

Das observações tecidas decorre que nada é “dado” em estudos antropológicos e qualitativos: tudo é construído e construído por alguém que é sujeito, tem interesses e ideologia³ e que, por isso, mesmo interfere nas dinâmicas sociais que estuda que, por sua vez, interferem sobre ele. Desta forma, muitos autores se referem à “geração do material”, ao invés de “coleta de dados” e

a “interlocutores” no campo, em lugar de “informantes”.

O comportamento ético do pesquisador no campo

Três questões são tratadas neste item, ressaltando-se a reflexividade dos processos: (1) o envolvimento do pesquisador com o campo; (2) a análise do material; e (3) o relato que brota do conhecimento empírico.

Embora seja um aspecto pouco discutido, faz parte da ética, a necessidade de o pesquisador observar-se a si mesmo e a seu comportamento no campo, visando a uma postura de respeito para com seus interlocutores, num movimento conhecido como “reflexividade”¹¹. A rigor, nesses estudos empíricos há um processo de mão dupla: tanto o pesquisador conhece as pessoas e as comunidades em estudo, quanto se torna conhecido por elas. Igualmente não só os indivíduos e as comunidades se modificam diante do pesquisador, como também o pesquisador modifica a si mesmo e a sua atuação, dependendo da empatia e do envolvimento que cria com os interlocutores¹². Nesse tipo de trabalho, tanto o investigador quanto os participantes são simultaneamente sujeito e objeto de investigação^{3,9,13,14}.

A intersubjetividade e a reflexividade sobre os vários componentes de uma pesquisa antropológica ou qualitativa são importantes porque elas incluem a reflexão sobre o *self* e sobre o outro de forma interativa.

Dessa maneira o *self* se torna “othered”, um objeto de estudo, enquanto ao mesmo tempo, o outro, por causa da familiaridade e da diferente abordagem do campo, se torna parte do *self*⁵.

No mesmo sentido, Whyte¹⁶ afirma que há casos em que a própria interação de campo pode modificar a maneira de viver de ambos (pesquisador e seu interlocutor) levando à substituição da ação imediata pela ação reflexiva:

Você me fez diminuir a velocidade desde que está aqui. Agora, quando faço alguma coisa, tenho que pensar o que Bill Whyte gostaria de saber sobre isso e como explicar a ele. Antes eu costumava fazer tudo por instinto.

Quanto às mudanças no comportamento do pesquisador, são conhecidas histórias de antropólogos (acontece menos com pesquisadores que fazem abordagens qualitativas pouco intensas) que se tornaram “nativos” ao realizarem a etnografia das comunidades que estudaram. Essa mudança de status entre pesquisador e “nativo” é uma possibilidade tão séria que os jovens antro-

pólogos são alertados quanto às consequências de perderem a capacidade de estranhar, comprometendo seus estudos.

Fine¹² discute alguns tipos de envolvimento pessoal dos pesquisadores no campo, como é o caso das relações amorosas entre o investigador e algum participante do estudo. A própria amizade entre pesquisadores e interlocutores traz desafios para interpretação dos fatos. O que o pesquisador pode publicar das informações obtidas no contexto de intimidade? Como lidar com os vínculos de lealdade que frequentemente se opõem aos protocolos já conhecidos pela comunidade científica? São discussões de temas complexos que trazem consequências para a cientificidade dos estudos e atravessa toda a história da antropologia, de forma particular.

Outro aspecto importante diz respeito ao processo de compreensão e interpretação do material. Whyte¹⁶ conta que discutia suas análises com Doc, personagem central de sua obra clássica *Sociedade de Esquina* a quem, o autor, denominava colaborador. Whyte chega a afirmar que foi impossível discriminar as contribuições de Doc no seu texto. Por causa de um envolvimento mais profundo de certos interlocutores, alguns autores optam inclusive por publicar seus trabalhos incluindo nomes de um ou mais participantes como coautores. No entanto, esse é um tema controverso. Mesmo estudiosos muito fiéis ao sentido da intersubjetividade como Schutz¹⁷ criaram uma categoria “construto de segunda ordem” para ressaltar o ônus que compete ao pesquisador na contextualização e na análise de seus dados.

O “construto de segunda ordem” não significa que o texto desdenhe da contribuição dos interlocutores. O que Schutz¹⁷ quis explicitar é mais ou menos o que Gadamer¹¹ disse sobre a compreensão hermenêutica: a narrativa do sujeito é sempre marcada pela sua perspectiva particular e não contém a verdade total sobre os fenômenos em estudo. Por isso, compreender não é apenas buscar as intenções do sujeito nem contemplar de forma passiva sua fala ou sua ação, pois esse não se esgota na conjuntura em que vive e nem seus pensamentos e inserção social são meros frutos de sua vontade, personalidade e desejo. Ao pesquisador que detém ao mesmo tempo um conhecimento empírico mais amplo e formulado por vários atores e um conhecimento teórico que coloca seu objeto na cena científica nacional e internacional, cabe a ele a compreensão aprofundada da lógica interna do fenômeno ou dos grupos e, ao mesmo tempo, respeitar as diferenciações internas enunciadas pelos interlo-

cutores. Utilizando uma frase clássica de Marx¹⁸ na *Contribuição à crítica da Economia Política*, o papel do pesquisador é o de elaborar um texto que reflita “o concreto pensado”.

A reflexividade da pesquisa antropológica ou qualitativa deve também estar presente no relatório de pesquisa. O estudioso, por razões éticas, precisa incluir nele, além das descobertas sobre o outro ou o fenômeno que pesquisa, uma discussão sobre sua situação na interação com seu objeto¹². Como recorda Hertz¹⁹ essa relação “produz um contrato único que só pode ser bem avaliado quando o cientista social o revela e o descreve mais detalhadamente como parte de como nós conhecemos o outro e do que conhecemos sobre o mundo social”.

Desta forma, entendemos que a pesquisa antropológica ou qualitativa valoriza a compreensão dos processos e não apenas dos resultados, sobretudo incluindo o que é singular num contexto histórico e social mais ampliado. Pois os indivíduos e os grupos precisam sempre ser entendidos em seu meio, em sua história e em suas circunstâncias. Por isso, realizar pesquisas qualitativas é fazer um exercício empático, hermenêutico, consciente e autorreflexivo^{12,19-23}.

A produção do texto resultante de uma pesquisa antropológica ou qualitativa é um momento privilegiado de elaboração científica e reflexiva. O conteúdo de um relato desse tipo deve trazer um saber específico, contextualizado e histórico que, ao valorizar a hermenêutica do tema ou do fenômeno local, se referencia na literatura científica internacional, fazendo uma síntese entre o global e o local, entre o particular e o universal entre o objetivo e o subjetivo²³. Sobre a elaboração dessa narrativa, Richardson²¹ faz uma discussão cuidadosa:

Na verdade, escrever é sempre parcial, local e situacional, e nosso self está sempre presente, não importa o quanto tentamos suprimi-lo – mas apenas parcialmente presente, porque nos nossos textos nós também suprimimos partes de nós mesmos.

O autor deve apresentar como posiciona seu *self* enquanto conhecedor e narrador do texto. Isso está relacionado à subjetividade, à autoridade, à autoria, à reflexividade e à como o outro está representado. O texto não pode ser separado do autor, do seu processo de elaboração nem do método de produzir conhecimento²¹. Identificar e explicitar ao leitor a partir de que lugar o autor escreve é reconhecer que não existe uma pessoa que tudo enxerga, nem uma verdade única e essencial.

Por causa da implicação do pesquisador com seu objeto (que é sujeito) os textos a partir de abordagens empíricas costumam ser escritos na primeira pessoa (do singular ou do plural), uma vez o autor ou os autores assumem sua presença e interação, marcados que são por suas características de gênero, etnia, idade, situação socioeconômica e posição social. A narrativa do antropólogo ou do pesquisador qualitativo, portanto, traz uma verdade, mas uma verdade que emerge do ponto de vista dos entrevistados e dele próprio num exercício de objetivação por aproximação^{3,22}.

Cuidados éticos na apresentação dos resultados de uma pesquisa qualitativa

Na elaboração dos resultados de uma pesquisa qualitativa, geralmente os interlocutores, o local ou a instituição estudada são apresentados por nomes fictícios. Busca-se preservar o anonimato. Mas a renomeação dos entrevistados e locais permite a criação de um personagem e a descrição de espaços sociais que se mantêm ao longo do texto e cuja identidade é respeitada¹⁶. A preocupação com tais detalhes na elaboração do texto se justifica pela diversidade de aspectos a serem considerados do ponto de vista ético, pois pesquisas qualitativas ou antropológicas podem beneficiar as comunidades, os grupos, as pessoas e também podem prejudicá-las.

As habilidades sociais que nós usamos para fazer etnografias, nos liga a seres humanos reais. Elas nos conectam a pessoas de uma maneira profundamente humana. E então, nós nos tornamos autores (solitários) de textos “verdadeiros” (...) quando nós trazemos humanos reais nas nossas histórias. Nossa escrita etnográfica pode ser “correta”, mas o que fazemos com os que nos receberam pode ser muito “errado”²⁰.

Sarti²³ também chama atenção para a postura ética dos que trabalham com pesquisa antropológica ou qualitativa:

Toda disciplina científica, para sua validação, é constituída a partir da relação entre o pesquisador e seus pares, entretanto, os textos para serem considerados válidos na área de antropologia precisam ter suporte, também nas condições de diálogo entre o pesquisador e o sujeito pesquisado.

A reflexividade nas pesquisas qualitativas e na apresentação dos resultados pode ser melhor compreendida nos exemplos que apresentamos a seguir.

O retorno de William Foot Whyte: Corneville 50 anos depois

O sociólogo William Foot Whyte¹⁶ é autor de um dos livros clássicos da área qualitativa: *Sociedade de Esquina*, publicado pela primeira vez em 1943. Whyte¹⁶ queria contrariar um pressuposto do senso comum de que uma área pobre e degradada fosse socialmente desorganizada. Para isso, seguiu o seguinte roteiro: (a) observação de uma área pobre e urbana com concentração de pessoas de baixa renda vivendo em habitações dilapidadas e em péssimas condições sanitárias; (b) eleição como problema empírico *estudar como as pessoas viviam nessas condições*; (c) busca de compreensão da situação, observação dos indivíduos no contexto, em atividades diárias, o que lhe permitiria compreender como a comunidade se organizava.

Whyte¹⁶ morou na comunidade por quatro anos e participou da vida social intensamente. No texto que escreveu, construiu personagens e permitiu ao leitor ir com eles a todos os lugares: à esquina, aos bares, ao boliche e outros. Descreveu as condições de vida em sua precariedade e as relações sociais em sua complexidade. A longa convivência na comunidade possibilitou-lhe o estabelecimento de relações de amizade e permitiu-lhe gerar um rico material, cujas análises acuradas foram realizadas em parceria com pessoas a quem ele passou a denominar “colaboradores” da pesquisa. A publicação de seus resultados rendeu-lhe o título de doutor. Sua obra foi considerada clássica e o autor ganhou fama e respeito acadêmico.

Qual foi, porém, o efeito dessa publicação na vida das pessoas de Cornerville, a comunidade “fictícia” que estudou? Whyte voltou a campo e um de seus personagens lhe afirmou que não pretendia mais colaborar com nenhuma pesquisa, pois os estudiosos prometem enviar os resultados de seus estudos e nunca o fazem. Outro comentou que depois de ler a obra, seu conteúdo permitiu-lhe ver melhor a vida, colaborando para seu desenvolvimento pessoal. Porém, esse mesmo interlocutor disse que se sentiu representado de maneira diferente do que gostaria. Doc, seu informante-chave descrito como colaborador, afirmou que o contato com Whyte teve muita importância, pois instalou uma etapa reflexiva em sua vida. Mas, posteriormente declarou a algumas pessoas que se sentiu explorado pelo pesquisador. Orlandella, outro entrevistado, relatou que aprendeu técnicas de entrevista e de análise grupais com Whyte que, posteriormente, lhe

foram úteis na profissão, embora o pesquisador não lhe tenha ensinado formalmente tais técnicas.

Observações tão díspares e variadas se tornaram um dilema de difícil solução para Whyte¹⁶ e seriam para qualquer pesquisador, pois, num construto de segunda ordem, o pesquisador não pode buscar agradar a seus interlocutores ou meramente reproduzir o que dizem. Na verdade, em circunstância alguma, nenhum de nós é visto exatamente como gostaria pelo outro, o que ocorre de forma particular numa pesquisa: o significado é construído na interação com cada interlocutor, mas também com todos os outros. Sobre tais questões Whyte¹⁶ lembra, por exemplo, que checar as análises que fazia com Doc foi muito importante, mas também lhe trouxe efeitos indesejados. Por isso, em conclusão do que encontrou na volta ao campo afirma que o pesquisador tem que fazer um balanço entre os interesses dos interlocutores, da forma como a comunidade gostaria de ser representada e também, de seu direito de publicar suas conclusões, dando razão às propostas de Gadamer¹¹ e Schutz¹⁷, já citadas.

O efeito da realização da pesquisa de Whyte¹⁶ na comunidade foi amplamente debatido, inclusive com a publicação de um número específico no *Journal of Contemporary Ethnography* dedicado especialmente ao tema. Whyte¹⁶ foi duramente criticado por Boelen²⁴ quanto a sua competência teórica, metodológica, ética e sobre as consequências nefastas de sua representação da comunidade. Em sua defesa, Whyte¹⁶ explicou que baseou sua relação com Doc e com os outros interlocutores no princípio da reciprocidade interpessoal, procurando ajudá-los em suas necessidades, o que parecia agradá-los durante o período em que conviveram.

O estudo de Whyte mostra como um pesquisador pode marcar o grupo que estuda, mesmo quando não há pretensão de fazê-lo. O exemplo ressalta também que estudos interativos com a população não são simples e precisam ser pensados com a profundidade que merecem.

O retorno e os dilemas de Carolyn Ellis

*‘Você escreveu todo tipo de coisas nesse livro’, ela gritou raivosa. Eu fiquei chocada com esse confronto. ‘Sim, mas eu não identifiquei ninguém nem a comunidade’, eu falei, sentindo-me uma impostora que foi capturada*²⁵.

Carolyn Ellis²⁵ relata seu retorno à comunidade de pescadores com a qual conviveu por 12 anos e sobre a qual escreveu sua tese de doutora-

do. Posiciona-se como pesquisadora e amiga da comunidade e discute as emoções que emergiram nela e no grupo social quando este teve acesso ao relato que ela produziu. Num artigo emblemático, a autora discute as práticas habituais dos antropólogos e pesquisadores qualitativos com longa presença em campo e apresenta sugestões de como aprimorá-las.

Este texto só foi publicado anos após a defesa de tese de Ellis, quando ela já era professora numa universidade estadunidense. Ellis²⁵ comenta que alguns de seus interlocutores no campo desaprovaram a maneira como ela os descreveu em suas publicações e outros foram solidários. Uma família com quem ainda cultivava amizade, mantinha na sala uma foto dela junto com o pai. Mas outras verbalizavam sentimentos de raiva e decepção. Embora não citasse nomes, o fato da comunidade de pescadores ser pequena permitiu aos que leram a obra localizar os informantes e saber o que havia sido dito de uns e de outros. Diante da situação de desconforto, Ellis chegou a ter dúvidas se deveria publicar seu trabalho. No entanto, a banca de doutorado elogiou-lhe a competência e a capacidade de obter informações detalhadas até sobre assuntos muito íntimos, como a questão da sexualidade. Em seu artigo sobre a experiência em campo Ellis deixou claro o conflito de lealdades: por um lado, havia a Carolyn amiga da comunidade, por outro, a profissional que para ser reconhecida na comunidade acadêmica tinha que agir com outros parâmetros. Nas palavras de Ellis²⁵:

O retorno me ajudou a compreender relações entre minha vida pessoal e a maneira como conduzi o trabalho de campo nessa comunidade, e isso me leva a recomendar que as práticas etnográficas incluam o exame de como nossas experiências nos conectam com os que estamos estudando ao invés de enfatizar apenas como elas nos distanciam.

Daremos ainda dois exemplos. É o caso das pesquisas lideradas pelo antropólogo estadunidense Changnon²⁶ sobre os yanomamis, – indígenas que vivem nas fronteiras com a Venezuela – que se revelaram absolutamente intrusivas. Os pesquisadores os representaram como um povo violento, houve um contato agressivo que, em parte, descaracterizou sua cultura e foram realizadas intervenções médicas para retirada de seus sangue para ser enviado a laboratórios dos Estados Unidos por meios aliciatórios²⁷.

No mesmo sentido, o estudo da antropóloga americana Nancy Scheper-Hughes publicado no livro *Death Without Weeping: The Violence of*

*Everyday Life in Brazil*²⁸, – e secundado por um conjunto de artigos da autora de teor similar – sobre a mortalidade infantil em regiões muito pobres de Pernambuco, sustentou a existência de uma atitude de *negligência seletiva* por parte de mães pernambucanas. A forma como essas mulheres encaravam a morte de seus filhos foi interpretada por ela como uma resposta sociocultural de indiferença. Felizmente, na obra *Corte a Mortalha: o cálculo humano da morte infantil no Ceará*, a antropóloga Marilyn Nations refutou a imagem de descuido e de insensibilidade das mães pobres nordestinas, tal como havia sido descrito por Scheper-Hughes. De forma irrefutável, Nations²⁹ descreveu e analisou o rico universo de simbolismo, de dor e de consolação que cercam as mortes de crianças entre as famílias pobres que pesquisou.

Todos os casos aqui assinalados estão repletos de lições sobre como existe uma reflexividade permanente nas relações entre o pesquisador e seus interlocutores em pesquisas empíricas. Ellis²⁵, por exemplo, comentou ainda que durante seu estudo, tentava manter-se reservada, evitando dar sua opinião ou se “mostrar”. A intenção de não falar sobre suas opiniões e sobre sua vida pessoal foi um bom exemplo de como o pesquisador não atuar no convívio com seus interlocutores. Pois, o sucesso das estratégias de ocultação de informações é apenas parcial, uma vez que, para se esconder, o pesquisador evidencia suas características pessoais. As “máscaras” se não são o que somos, são como queremos nos apresentar³⁰. Fine¹² afirma que “a separação entre ser informado e não ser informado não é clara, pois toda pesquisa é secreta de alguma maneira”.

Goffman³⁰ nas reflexões sobre a representação na vida cotidiana aponta a existência e a importância de área protegidas (os bastidores) nas relações sociais, onde os grupos fazem seus acertos, de forma a aparecer para o público uma versão “apropriada” dos fatos. Fine¹² acrescenta que isso acontece em todas as profissões. E Barreman³¹ trata do tema utilizando a metáfora do teatro onde tanto entrevistados como investigador guardam seus bastidores e acabam por mostrar o que lhes parece mais propício, segundo seus interesses. Por sua vez, também o antropólogo ou o pesquisador qualitativo não sabe *a priori* sobre em que vai consistir seu relato final, pois será uma síntese pensada das observações, das entrevistas ou outras estratégias de informação e seu cotejamento com as referências existentes sobre o tema que estuda.

Muitos outros exemplos poderiam ser dados. E se aqui escolhemos alguns que fazem parte da história da antropologia, qualquer pesquisa qualitativa que inclua a interação em campo não está isenta de dilemas semelhantes. Portanto, há sempre dois lados da questão. Os exemplos citados nos levam a concluir que nenhum trabalho antropológico ou de pesquisa qualitativa contém toda a verdade e nem a verdade que apresenta é inquestionável. Mais que isso, nada é inofensivo: o que é feito repercute nos interlocutores e no pesquisador. Igualmente, nada pode ser entendido de uma só vez e de uma vez por todas^{7,11,22}. É nesse sentido que valorizamos a importância dos depoimentos de Whyte¹⁶ e Ellis²⁵ pós-estudo, evidenciando que “ser pesquisador” está associado a um tipo de atuação peculiar presidida pela intersubjetividade e pela reflexividade que faz emergir os diferentes interesses^{17,31}. O outro lado é que, em geral, pesquisas qualitativas e antropológicas quase sempre trazem em sua concepção, a ideia de solidariedade universal e de busca de compreender para compartilhar transformações a favor dos grupos estudados, o que é particularmente verdadeiro na área de saúde.

Concluimos, pois, que se os pesquisadores não podem ser totalmente responsabilizados pelo uso indevido que outros farão dos seus resultados, é preciso que assumam a responsabilidade por suas publicações, ponderando as consequências que elas podem ter na vida das pessoas e das comunidades estudadas. Até que ponto um pesquisador pode, ou não, ser responsabilizado pelo uso de seus resultados é uma questão difícil de ser respondida, mas que precisa sempre ser considerada.

Conclusões

Este texto ressaltou a reflexividade que existe na pesquisa antropológica e na pesquisa qualitativa empírica e as derivações éticas desta especificidade onde a presença, a empatia e a interação são fundamentais. E em que a presença do interlocutor precisa ser incorporada não apenas como “informante”, mas como alguém que interfere e modifica o desenvolvimento do estudo.

O texto assinalou também que a pesquisa antropológica e a de cunho qualitativo no campo da saúde convivem com exigências éticas quase contraditórias, pois fundamentadas em dois paradigmas filosóficos diferentes: um pragmáti-

co e principalista, seguido pela bioética clássica de inspiração americana; o outro, de cunho humanista fundado na interação, reflexividade e comunicação, geralmente mais tratado por filósofos europeus^{1,32,33}. As abordagens interativas das quais falamos neste texto se inclinam para os pressupostos do humanismo filosófico que reconhece a unicidade do sujeito, o caráter intersubjetivo da pesquisa empírica, e a solidariedade com os grupos pesquisados, tendo como base a igualdade humana fundamental. Esse ponto de vista ético se apoia em autores como Lévinas³⁴ segundo o qual, o encontro com o outro pede o diálogo aberto e um tipo de intersubjetividade que não dissolve o diferente e vale mais do que o conhecimento sobre ele.

O artigo ressalta também a distinção entre exigências de um Comitê de Ética e a Ética da pesquisa propriamente dita. Projetos de estudos qualitativos, por mais bem fundamentados que sejam e mesmo dando conta de todas as demandas de um Comitê, não correspondem a todos os desafios éticos que um investigador encontra no trabalho de campo, na relação com seus interlocutores, nos interesses muitas vezes conflitantes que emergem, na forma de produzir uma análise e apresentar um relatório, como tivemos oportunidade de discorrer. É preciso ter sempre claro que o sentido abrangente da ética inclui a responsabilidade do pesquisador como estudioso, como cidadão, e como membro da comunidade científica¹. Desta forma, podemos concluir que a questão ética perpassa as entranhas dos estudos antropológicos e das abordagens qualitativas sem nunca esgotar-se neles.

Esperamos que as reflexões deste texto possam colaborar para a ampliação do debate aqui iniciado, que é inacabado por natureza, embora necessário por ofício. Nesse sentido, terminamos com a sábia palavra de Geertz³⁵ que poderia estar gravada nas mesas (ou nos computadores) tanto dos pesquisadores como dos que avaliam projetos de pesquisa qualitativa:

Devemos encarar as ideias, atitudes e valores como outros tantos fatos culturais e continuar a agir de acordo com aqueles que definem os nossos compromissos pessoais. Devemos ver a sociedade como objeto e experimentá-la como sujeito. Tudo o que dizemos, tudo o que observamos e tudo o que fazemos e até o simples cenário físico têm, ao mesmo tempo, que formar a substância de nossa vida pessoal e servir de grão para nosso moinho analítico³⁵.

Colaboradores

MCS Minayo e ICZ Guerriero participaram igualmente de todas as etapas de elaboração do artigo.

Referências

1. Guerriero ICZ, Dallari SG. The need for adequate ethical guidelines for qualitative health research. *Cien Saude Colet* 2008; 13(2):303-311.
2. The Indian Committee for Ethics in Social Science Research in Health. Ethical guidelines for social research in health. 2001. [Internet]. [cited 2006 May 7]; [about 16 p.] Available from: <http://www.hsph.harvard.edu/bioethics/guidelines/ethical/html>
3. Minayo MCS. *O desafio do conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 12ª ed. São Paulo: Hucitec; 2010.
4. Weber M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UNB; 2004.
5. Nunes ED. A metodologia qualitativa em saúde: dilemas e desafios. In: Barros NF, Cecatti JG, Turato ER, organizadores. *Pesquisa qualitativa em saúde: múltiplos olhares*. Campinas: Unicamp, FCM; 2005. p. 15-24.
6. Minayo MCS. A produção de conhecimentos na interface entre as ciências sociais e humanas e a saúde coletiva. *Saude soc*. 2013; 22(1):21-32.
7. Minayo MCS. Los conceptos estructurantes de la investigación cualitativa. *Salud Colectiva* 2010; 6(3):251-261.
8. Denzin N, Lincon YS. Paradigms and perspectives in transition. In: Denzin N, Lincon YS, editors. *Handbook of Qualitative Research*. 2nd ed. Thousand Oaks: Sage; 2000. p. 157-162.
9. Guerriero ICZ. *Aspectos éticos das pesquisas qualitativas em saúde* [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2006.
10. Thomas W. The definition of situation. In: Coser LA, Rosemberg B, editors. *Sociological Theories: a book of readings*. Toronto: Mcmillan Company; 1970. p. 245-247.
11. Gadamer HG. *Verdade e Método I – traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes; 2003.
12. Fine GA. Ten lies of ethnography: moral dilemmas of field research. *Journal of Contemporary Ethnography* 1993; (22):267-229.
13. Reinharz S. Who Am I? The need for a variety of selves in the field. In: Hertz R, Edição. *Reflexivity & Voice*. Thousand Oaks: Sage; 1997. p. 3-20.
14. Holstein J, Gubrium J. *The Active Interview*. Thousand Oaks: Sage; 1995.
15. Caplan P. Learning gender: fieldwork in Tanzanian Coastal Village, 1965-85. In: Bell D, Caplan P, Karim WJ, editors. *Gendered Fields: Women, men and Ethnography*. London: Routledge & Kegan Paul; 1993. p. 168- 181.
16. Whyte WF. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro: Zahar; 2005.
17. Schutz A. *Reflections on the Problem of Relevance*. New Haven: Yale University Press; 1970.
18. Marx K. *Contribuição à crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira; 1968.
19. Hertz R. Introduction. In: Hertz R, Editor. *Reflexivity & Voice*. Thousand Oaks: Sage; 1997. p. vii-xvii.
20. Richardson L. Trash on the corner: ethics and ethnography. *Journal of Contemporary Ethnography* 1992; 21(1):103-119.

21. Richardson L. Writing as method of inquiry. In: Denzin NK, Lincoln YS, editors. *The Handbook of Qualitative Research*. 2nd ed. Thousand Oaks: Sage; 2000. p. 923-948.
22. Minayo MCS. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Cien Saude Colet* 2012; 17(3):621-626.
23. Sarti CA. A difficult dialogue. *Cien Saude Colet* 2008; 13(2):315-318.
24. Boelen MWA. Street Corner Society: Cornerville Revisited. *Journal of Contemporary Ethnography*. 1992; (1):11-51.
25. Ellis C. Emotional and ethical quagmires in returning to the field. *Journal of Contemporary Ethnography* 1995; 24(1):68-98.
26. Chagnon N. *Yanomamö: the fierce people*. New York: Holt, Rinehart and Winston; 1968.
27. Diniz D. O sangue yanomami: um desafio para a ética na pesquisa. In: Guilhem D, Zicker F, organizadores. *Ética na pesquisa em saúde: avanços e desafios*. Brasília: Letras Vivas e Ed UNB; 2007.
28. Scheper-Hughes N. *Death Without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil*. Berkeley: University of California Press; 1993.
29. Nations M. *Corte a mortalha: o cálculo humano da morte infantil no Ceará*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2010.
30. Goffman E. *The presentation of self in everyday life*. New York: Anchor Books; 1959.
31. Barreman G. Por trás de muitas máscaras. In: Zaluar A, organizadora. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1975.
32. Minayo MCS. Anthropological contributions for thinking and acting in the health area and its ethical dilemmas. *Cien Saude Colet* 2008; 13(2):329-339.
33. Neves MCP. *A fundamentação antropológica da bio-ética*. [Internet]. [cited 2013 Oct 03]. [about 10 p.]. Available from: <http://www.portalmedico.org.br/revista/bio1v4/fundament.html>
34. Lévinas E. *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Lisboa Edições 70; 1998.
35. Geertz C. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 2001.

Artigo apresentado em 05/10/2013

Aprovado em 19/11/2013

Versão final apresentada em 02/12/2013